

2º SIMULADO **ESTILO FCC**

TRF 3ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO



Estratégia
CONCURSOS



Simulado Especial

TRF 3ª REGIÃO ÁREA JUDICIÁRIA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-07-09>

01 - A B C D E	11 - A B C D E	21 - A B C D E	31 - A B C D E	41 - A B C D E
02 - A B C D E	12 - A B C D E	22 - A B C D E	32 - A B C D E	42 - A B C D E
03 - A B C D E	13 - A B C D E	23 - A B C D E	33 - A B C D E	43 - A B C D E
04 - A B C D E	14 - A B C D E	24 - A B C D E	34 - A B C D E	44 - A B C D E
05 - A B C D E	15 - A B C D E	25 - A B C D E	35 - A B C D E	45 - A B C D E
06 - A B C D E	16 - A B C D E	26 - A B C D E	36 - A B C D E	46 - A B C D E
07 - A B C D E	17 - A B C D E	27 - A B C D E	37 - A B C D E	47 - A B C D E
08 - A B C D E	18 - A B C D E	28 - A B C D E	38 - A B C D E	48 - A B C D E
09 - A B C D E	19 - A B C D E	29 - A B C D E	39 - A B C D E	49 - A B C D E
10 - A B C D E	20 - A B C D E	30 - A B C D E	40 - A B C D E	50 - A B C D E

PORTUGUÊS

O império do consumo

A população mundial torna-se urbana, os camponeses tornam-se cidadãos. Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos: as maiores cidades do mundo, e as mais injustas. Expulsos pela agricultura moderna de exportação e pela erosão das suas terras, os camponeses invadem os subúrbios. Eles acreditam que Deus está em todas as partes, mas por experiência própria sabem que atende nos grandes centros urbanos. As cidades prometem trabalho, prosperidade, um futuro para os filhos. Nos campos, os esperadores olham a vida passar e morrem bocejando; nas cidades, a vida acontece e chama. Amontoados em cortiços, a primeira coisa que os recém-chegados descobrem é que o trabalho falta e os braços sobram, que nada é de graça e que os artigos de luxo mais caros são o ar e o silêncio.

(Eduardo Galeano).

01. De acordo com o texto,

- a) Os habitantes do campo podem progredir na atividade rural, mas preferem as oportunidades presentes em grandes centros urbanos.
- b) O êxodo rural mundial é decorrência das políticas injustas de exportação.
- c) Os camponeses, ao chegar aos grandes centros urbanos, passam a viver em moradias pobres e experimentam a escassez de trabalho.
- d) A população rural abandona as oportunidades do campo por causa dos filhos.
- e) Os camponeses sabem, por experiência própria, que Deus não está nos campos.

02. Nos campos, os esperadores olham a vida passar e morrem bocejando; nas cidades, a vida acontece e chama.

A mesma relação semântica presente entre as orações acima é encontrada em:

- a) As cidades prometem trabalho, prosperidade, um futuro para os filhos.
- b) A população mundial torna-se urbana, os camponeses tornam-se cidadãos
- c) Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos
- d) Expulsos pela agricultura moderna de exportação e pela erosão das suas terras, os camponeses invadem os subúrbios
- e) Eles acreditam que Deus está em todas as partes, mas por experiência própria sabem que atende nos grandes centros urbanos.

03. Demonstra-se perfeito entendimento de uma expressão do texto em:

- a) o trabalho falta e os braços sobram / há mais demanda por trabalho do que sua oferta
- b) os camponeses tornam-se cidadãos / o povo rural torna-se civilizado
- c) os camponeses invadem os subúrbios / o agricultor penetra nas favelas
- d) a primeira coisa que os recém-chegados descobrem / a primeira conclusão a que os novatos presumem
- e) Deus está em todas as partes / Deus é onisciente

04. Expulsos pela agricultura moderna de exportação e pela erosão das suas terras / os camponeses invadem os subúrbios

Entre os segmentos separados pela barra, existe uma relação de respectivamente:

- a) consequência e causa
- b) hipótese e conclusão
- c) Fatalidade e proatividade
- d) causa e efeito
- e) fatalidade e justificativa

05. A construção que pode ser reescrita com o verbo na voz passiva é:

- a) morrem bocejando
- b) As cidades prometem trabalho
- c) temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos
- d) os camponeses tornam-se cidadãos
- e) A população mundial torna-se urbana

06. Observam-se plenamente as normas de concordância verbal na frase:

- a) Para todos aqueles que estiverem em busca de sucesso profissional na metrópole e julgarem necessário as ofertas de trabalho aceitar, ainda que mal remuneradas, aconselham-se humildade e paciência.
- b) Os camponeses recém-chegados às cidades grandes acham lindo, muitas vezes, a enorme quantidade de prédios e edificações luminosas.
- c) Haverá de existir sempre mitos sedutores que farão os camponeses migrarem para a cidade em busca de uma ilusão.
- d) A maior parte da população atualmente vivem na cidade, embora a população rural seja ainda expressiva.
- e) Ainda que hajam muitos obstáculos e episódios de frustração, existem também muitas histórias de sucesso de pessoas que vieram do campo.

07. A frase que está escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- a) A cultura e os costumes do campo representam aspectos socioculturais que tendem a ser desvalorizados pelos habitantes das grandes metrópoles em geral e passados adiante, geração a geração, em forma de pensamentos deletérios e preconceituosos.
- b) A cultura e os costumes do campo representam aspectos sócio-culturais que tendem a ser desvalorizados pelos habitantes das grandes metrópoles em geral e passados adiante, geração a geração, em forma de pensamentos deletérios e preconceituosos.
- c) A cultura e os costumes do campo representam aspectos socioculturais que tendem a ser desvalorizados pelos habitantes das grandes metrópoles em geral e passados adiante, geração a geração, em forma de pensamentos deletérios e preconceituosos.
- d) A cultura e os costumes do campo representam aspectos socioculturais que tendem a ser desvalorizados pelos habitantes das grandes metrópoles em geral e passados adiante, geração a geração em forma de pensamentos deletérios e preconceituosos.
- e) A cultura e os costumes do campo representam aspectos socioculturais que tendem a ser desvalorizados pelos habitantes das grandes metrópoles em geral e passadas adiante, geração a geração, em forma de pensamentos deletérios e preconceituosos.

08. Ao analisar os problemas do campo, o texto avalia esses problemas do campo contrapondo os mesmos aos riscos existentes na migração para a cidade grande.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) os avalia – contrapondo-os – àqueles
- b) avalia-os – contrapondo-lhes – àqueles
- c) avalia-lhes – contrapondo-os – a esses
- d) lhes avalia – lhes contrapondo – a aqueles
- e) avalia a estes – contrapondo-os – a estes

As grandes bênçãos.

Voltaire dizia que os céus nos deram duas dádivas a fim de compensar as inúmeras desventuras da vida: a esperança e o sono. O austero Kant endossou a apreciação, mas sugeriu que ele poderia ter adicionado o riso à lista. O elenco, quem haveria de negar, é digno de respeito; não obstante, não deixa de trair uma geografia estreita e parcial das nossas fontes de alento e ânimo vital. Nele se reflete, penso eu, uma predileção do espírito pouco afeita à sensibilidade mediterrânea ou tropical, ou seja, a formas de vida mais receptivas à fruição e deleite na órbita dos sentidos. Não deixa de ser sintomático que a nenhum deles tenha ocorrido incluir a música, o vinho ou o sexo (não necessariamente nessa ordem) entre as bênçãos da vida sublunar.

Eduardo Gianetti

09. Infere-se do texto que

- a) A vida sublunar é metáfora para a vida nos céus, em oposição direta à terrena.
- b) O autor do texto ratifica a plenitude da lista de dádivas apresentada por Voltaire e Kant.
- c) A geografia do nosso país é estreita e parcial quanto aos desejos sintomáticos.
- d) Kant foi ao encontro da proposição citada por Voltaire, embora tenha sugerido crescer-lhe uma dádiva
- e) A música, o vinho ou o sexo são as dádivas que, por excelência, constituem a fonte mesma de nosso alento vital.

10. No contexto específico em que foi empregada, a palavra "austero" significa

- a) honesto
- b) sábio
- c) irônico
- d) rígido
- e) moribundo

11. Há adequada correlação entre os tempos e os modos verbais empregados na frase:

- a) Quem quer que vive nos trópicos há de convir que os prazeres dos sentidos dão alento à vida.
- b) Quando o autor ver o quanto diferem as bênçãos dos escritores e as dádivas dos trópicos, perceberá uma complementaridade.
- c) O austero Kant comprovava que o pranto impunha ao homem uma necessidade contra a qual ele não se oporá.
- d) Mesmo que a música venha a superar o prazer do sono, a necessidade de descanso ainda não seria subdimensionada.
- e) Se Kant endossasse plenamente a visão reducionista de Voltaire, não teria havido sentido em este expandi-la com o riso.

12. não obstante, não deixa de trair uma geografia estreita e parcial das nossas fontes de alento e ânimo vital.

O termo sublinhado poderia ser adequadamente substituído por

- a) embora
- b) posto que
- c) apesar de
- d) mas
- e) no entanto

13. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Segundo dizia Voltaire os céus nos deram duas dádivas a fim de compensar as inúmeras desventuras da vida: a esperança e o sono.
- b) Kant, sisudo, endossou a consideração de Voltaire, mas sugeriu que, à lista poderia ser adicionado o riso.
- c) O elenco é digno de respeito, quem haveria de negar? Faltam no entanto algumas sensações mais compatíveis com o espírito do homem tropical.
- d) Na opinião do autor, uma lista compreensiva – que incluiria tanto as dádivas previstas pelos escritores clássicos, quanto as mais afeitas à sensibilidade tropical – contemplaria, outrossim, a música, o vinho ou o sexo.
- e) Há diversas fontes de alento e ânimo vital para o espírito humano, como por exemplo, o vinho e o riso.

14. Assinale alternativa em que o termo sublinhado tenha função sintática diferente das demais.

- a) sugeriu que ele poderia ter adicionado o riso à lista
- b) Voltaire dizia que os céus nos deram duas dádivas
- c) a fim de compensar as inúmeras desventuras da vida
- d) não deixa de trair uma geografia estreita e parcial das nossas fontes de alento e ânimo vital
- e) Não deixa de ser sintomático que a nenhum deles tenha ocorrido incluir a música, o vinho ou o sexo

RACIOCÍNIO LÓGICO

15. Rosenval saiu de casa com uma certa quantidade de dinheiro. Almoçou em um restaurante perto do Estratégia e gastou $\frac{2}{5}$ desse dinheiro e, depois, comprou um caldo de cana, gastando R\$ 4,00. Em seguida, decidiu voltar de táxi para a sede do Estratégia, gastando $\frac{3}{5}$ da quantia restante. Sabendo que, ao final, restaram-lhe R\$ 8,00, é correto afirmar que Rosival tinha ao entrar no táxi:

- a) R\$ 20,00.
- b) R\$ 30,00.
- c) R\$ 40,00.
- d) R\$ 50,00.
- e) R\$ 60,00.

16. Quarenta funcionários do Estratégia participaram de uma campanha de doação de livros e brinquedos para crianças carentes. Cada mulher contribuiu com 2 livros e 4 brinquedos, e cada homem contribuiu com 3 livros e 2 brinquedos. Se no total foram arrecadados 104 livros, então o número de brinquedos arrecadados foi:

- a) 104
- b) 112
- c) 120
- d) 128
- e) 136

17. Algum professor do Estratégia comeu o almoço do professor Ricardo Vale. Há cinco suspeitos: Dudu, Sanchez, Rosival, Da Rocha e Heber. Durante a investigação feita pelo Delegado Paulo Bilynskyj, suas alegações foram as seguintes:

- Dudu: Eu comi o almoço do Ricardo Vale.
- Sanchez: Dudu não está dizendo a verdade.
- Rosival: Dudu está dizendo a verdade.
- Da Rocha: Eu sou feio, mas não comi o almoço do Ricardo Vale.
- Heber: Sanchez está mentindo.

Sabendo que apenas um dos professores mentiu, é correto afirmar que:

- a) Dudu é o mentiroso.
- b) Sanchez comeu o almoço do Ricardo Vale.
- c) Dudu comeu o almoço do Ricardo Vale.
- d) Rosival é o mentiroso.
- e) Da Rocha comeu o almoço do Ricardo Vale.

18. A negação da proposição “Ou estudo, ou reviso, mas não ambos” é logicamente equivalente a:

- a) Não estudo e não reviso.
- b) Não reviso se e somente se não estudo.
- c) Estudo se e somente se não reviso.
- d) Se não estudo, então reviso.
- e) Se não reviso, então estudo.

19. O Estratégia realizará uma pesquisa dentre 250 alunos homens, 270 alunas mulheres, 12 professores homens e 8 professoras mulheres. Sorteando-se ao acaso 15% do total das pessoas citadas, é correto afirmar que o grupo de pessoas sorteadas contará com

- a) no mínimo 41 mulheres.
- b) no mínimo 41 homens.
- c) no mínimo 61 estudantes.
- d) no mínimo 10 professores.
- e) no máximo 10 professores.

20. Sabe-se que todo estrategista faz simulados. Logo, é correto concluir que:

- a) se João faz simulados, então ele é estrategista.
- b) é possível uma pessoa não fazer simulados e ser estrategista.
- c) se João não é estrategista, então ele não faz simulados.
- d) se João não faz simulados, então ele não é estrategista.
- e) se João faz simulados, então ele não é estrategista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Josias é um agente de fiscalização de determinada autarquia federal e realizou a fiscalização de normas de segurança das instalações de um empreendimento comercial. Ao encontrar falhas graves, Josias sugeriu à autoridade competente o fechamento imediato do estabelecimento, em virtude de riscos elevados de desabamento. Além disso, também se constatou que a empresa responsável pelo empreendimento possui uma série de contratos administrativos com o poder público em relação a outros imóveis.

A situação hipotética acima trata:

- a) do exercício do poder disciplinar, uma vez que as irregularidades cometidas por empresa contratada pelo poder público inserem-se em um controle especial, decorrente do negócio jurídico firmado entre o Estado e a entidade privada.
- b) do poder hierárquico, decorrente da supremacia do interesse público, que fundamenta o exercício do poder de polícia e coloca o Estado em posição de superioridade em relação às pessoas por ele contratadas.
- c) do poder de polícia, que poderá justificar a adoção de medida preventiva, autoexecutória, podendo a autoridade diferir a concessão do contraditório e ampla defesa em face da urgência e dos riscos constatados.
- d) do poder regulamentar, presente na prática de todos os atos de polícia de caráter impositivo ou sancionatório.
- e) do poder de polícia, mas não será possível adotar medidas sancionatórias ou preventivas antes da concessão do contraditório e da ampla defesa.

22. Lucimara ocupa cargo de enfermeira na polícia militar de determinado estado da Federação, cujo provimento decorreu da aprovação em concurso público. Alguns meses depois, ela obteve aprovação em outro concurso público, para atuar também como enfermeira, em um hospital público do mesmo estado.

Diante dessa situação, considerando as regras constitucionais, Lucimara

- a) não poderá acumular os cargos públicos, uma vez que a Constituição Federal veda expressamente a acumulação de cargos públicos por militares.
- b) poderá acumular o cargo militar de enfermeira com o novo cargo, também na área da saúde, desde que haja compatibilidade de horários e ela dê prioridade à atividade militar.
- c) não poderá acumular, pois a Constituição Federal apenas permite a acumulação de cargo da saúde por militares das Forças Armadas, mas não permite a acumulação por militares dos estados ou do Distrito Federal.
- d) poderá acumular os dois cargos, desde que autorizado pela chefia da corporação militar, observando o cálculo do teto constitucional remuneratório pela soma das remunerações dos dois cargos.

e) poderá acumular, independentemente de compatibilidade de horários, desde que realize regime de compensação autorizado pela chefia dos dois órgãos.

23. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região pretende realizar a construção de uma nova sede e, para tanto, determinou a averiguação da viabilidade do empreendimento. Após os devidos estudos, a autoridade competente determinou a elaboração do projeto arquitetônico. Entretanto, dada a complexidade do futuro empreendimento, constatou-se que o órgão não possuía servidores para a elaboração do projeto. Nessa situação, a elaboração desse projeto poderá:

- a) ser contratada mediante dispensa de licitação, uma vez que a Lei de Licitações expressamente dispensa o processo licitatório para a elaboração de projeto arquitetônico.
- b) ser licitada mediante pregão, desde que o valor não ultrapasse o limite legal aplicável à modalidade tomada de preços.
- c) ser contratada por inexigibilidade de licitação, desde que os estudos prévios demonstrem a natureza singular do empreendimento e que haja no máximo três fornecedores cadastrados com aptidão para o atendimento do objeto.
- d) ser contratada por meio de concurso, empregando-se os tipos de licitação de melhor técnica ou de técnica e preço.
- e) ser contratada por licitação pública, empregando-se a modalidade compatível com o valor do objeto, podendo adotar os tipos de melhor técnica ou de técnica e preço.

24. Soraia é servidora de determinado órgão público e ganhou, de presente, uma viagem para a realização de curso de capacitação na região litorânea do nordeste brasileiro. A viagem foi quitada por Carlos, dono de uma empresa privada que tinha interesse em determinadas decisões administrativas adotadas por Soraia. O fato foi divulgado pela mídia local e, em virtude de tal situação, Carlos prestou esclarecimentos alegando que a viagem foi concedida para a realização de curso de capacitação, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados pelo Estado. Além disso, ele alegou que não houve prejuízo ao erário e que, como particular, não poderia responder por ato de improbidade administrativa.

Nessa situação:

- a) não ocorreu ato de improbidade administrativa, em decorrência da ausência de dano ao erário.
- b) a conduta de Soraia configura ato de improbidade apenas se ficar demonstrado que ela adotou, expressamente, ato capaz de favorecer Carlos.
- c) a devolução tempestiva dos valores pagos da viagem, antes da instauração do procedimento administrativo de apuração, configura arrependimento eficaz, gerando a extinção de eventual ação de improbidade, por perda de objeto.

- d) a situação configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, sendo que o prazo prescricional aplicável a Soraia será o mesmo adotado para Carlos.
- e) a ação de improbidade para responsabilizar os envolvidos será imprescritível, se ficar demonstrada a conduta dolosa dos agentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

25. Nos termos da Constituição Federal, são vedações impostas tanto aos magistrados quanto aos membros do Ministério Público:

- a) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração; receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas.
- b) Exercer a advocacia; e participar de sociedade comercial.
- c) Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; e participar de sociedade comercial.
- d) Exercer atividade político-partidária; e receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- e) Exercer atividade político-partidária; e participar de sociedade comercial.

26. Assinale a alternativa correta, considerando o que determina a Constituição Federal a respeito da intervenção federal:

- a) A União não pode intervir em municípios. A intervenção federal só poderá ser decretada em municípios localizados no Distrito Federal.
- b) Na hipótese de intervenção para reorganizar as finanças da unidade da Federação, o Presidente da República não poderá agir de ofício, sendo necessária a provocação.
- c) As hipóteses de intervenção federal nos Estados constituem rol taxativo, não podendo ser ampliadas.
- d) Quando houver coação ou impedimento ao livre exercício do Poder Legislativo, a intervenção dependerá de requisição ao Presidente da República, que não terá margem de discricionariedade para decidir a respeito.
- e) A hipótese de intervenção para prover a execução de lei federal prevê a requisição ao Presidente pelo STJ, guardião da legislação federal.

27. Suponha que, no curso de um processo que tramita perante um tribunal, a inconstitucionalidade de uma lei é arguida, sendo que inexistente decisão proferida anteriormente sobre o tema. Nesse caso, o órgão fracionário:

- a) Se a arguição de inconstitucionalidade for acolhida, o órgão fracionário deverá submeter a questão, necessariamente, ao Plenário.
- b) Não está impedido, em tribunais com número superior a 25 julgadores, de decidir sobre a inconstitucionalidade mencionada.
- c) Se a arguição de inconstitucionalidade for rejeitada pelo órgão fracionário, este prosseguirá o julgamento.
- d) Poderá absorver as funções que pertenciam ao Pleno, por decisão da maioria absoluta dos membros do tribunal, e proferir a decisão acerca da inconstitucionalidade mencionada.
- e) Desde que não declare expressamente a inconstitucionalidade da norma, poderá afastar sua incidência.

DIREITO CIVIL

28. A respeito da sucessão do ausente, é correto afirmar que:

- a) Decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- b) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, o juiz declarará a ausência, decorrido um ano do desaparecimento.
- c) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito dez anos depois de publicada pela imprensa.
- d) Pode-se requerer a sucessão definitiva provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.
- e) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva.

29. Quanto aos bens reciprocamente considerados, assinale a alternativa correta:

- a) Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou teoricamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
- b) São benfeitorias os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) São voluptuárias as benfeitorias de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- d) Enquanto ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.
- e) São benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, desde que acresçam ao bem principal.

30. Maria é dona de um imóvel rural, o qual usucapiu há 20 anos. Atualmente o imóvel está abandonado há três anos, porque ela resolveu se mudar para uma área urbana irregular nas bordas da cidade de Fortaleza. Passou a morar numa invasão, apesar de não ter nenhum documento atestando a posse da área e de saber que a área pertence a uma pessoa que não sabe da invasão. É correto dizer que Maria poderá usucapir a área com pelo menos:

- a) 2 anos
- b) 5 anos
- c) 10 anos
- d) 15 anos
- e) 20 anos

31. Prescreve em ____ anos a pretensão do segurado contra o segurador. É correta a alternativa que preenche a lacuna acima:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

- I – Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.
- II – Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional.
- III – A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminado no Juízo Estadual.
- IV – Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
- V – Compete à Justiça Federal processar e julgar ações em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quer mediante o conselho federal, quer seccional, figure na relação processual.

Estão corretos

- a) Todos os itens.
- b) Os itens I, II e III, apenas.
- c) Os itens II, IV e V, apenas.

d) Os itens II, III e V, apenas.

e) Os itens I, II e V, apenas.

33. Sobre a execução, assinale a alternativa correta.

- a) Na execução de título extrajudicial, não sendo encontrado o executado para a citação pelo Oficial de Justiça, deverão ser penhorados quantos bens forem necessários para a garantia da execução.
- b) Segundo o STJ, é cabível o oferecimento de reconvenção em embargos à execução.
- c) O espólio responde pelas dívidas do falecido, de modo que, depois de feita a partilha, cada herdeiro responderá solidariamente pelo total.
- d) A sentença arbitral proferida no território nacional constitui título executivo judicial, desde que homologada pelo Poder Judiciário.
- e) Instituída a cláusula de inalienabilidade, torna-se impenhorável o bem gravado.

34. João ajuizou uma ação de cobrança contra Marcelo e Joana com fundamento em um contrato de mútuo. Em sua contestação Marcelo aduziu que: (i) que ele não fez parte do contrato; (ii) que não houve mútuo, mas sim doação; (iii) que o valor indicado por João estava incorreto, pois o real valor do contrato era metade do valor; (iiii) que havia incompetência relativa. O magistrado, ao final da demanda, julgou procedente o pedido do autor analisando apenas um fundamento que para ele seria suficiente.

Marcelo, inconformado, interpôs apelação pleiteando a apreciação de todos os seus argumentos que não haviam sido enfrentados na sentença. O Tribunal de Justiça, então, conheceu do recurso e, ao julgá-lo, verificou a prescrição da pretensão de João (questão não cogitada até então na demanda). Deste modo, o Tribunal conheceu da prescrição e reformou a sentença.

Com relação aos efeitos recursais no caso apresentado, são verificados, respectiva e cronologicamente, os efeitos

- a) Devolutivo, translativo e regressivo.
- b) Devolutivo, translativo e substitutivo.
- c) Devolutivo, expansivo e translativo.
- d) Regressivo, devolutivo e translativo.
- e) Regressivo, translativo e expansivo.

DIREITO PENAL

35. José obriga Pedro a praticar um crime de furto qualificado pelo arrombamento. José afirma que se Pedro não cumprir a ordem, matará a esposa e os filhos deste, mostrando pelo aparelho celular que seu comparsa está na casa de Pedro, com uma arma apontada para os familiares deste. Pedro, então, temendo pela vida de sua esposa e de seus filhos, realiza o furto e entrega o produto do crime a José. Neste caso, Pedro não pratica crime, em razão do (a):

- a) coação moral irresistível, que é causa de exclusão do fato típico.
- b) coação moral irresistível, que é causa de exclusão da culpabilidade.
- c) coação física irresistível, que é causa de exclusão da culpabilidade.
- d) ausência de potencial consciência da ilicitude
- e) inimputabilidade penal do agente.

36. Maria é arrolada como testemunha em determinado processo criminal no qual Ricardo é réu. Para beneficiar o réu, por quem é apaixonada, Maria faz afirmação falsa em Juízo, dando declarações inverídicas acerca do fato criminoso.

Neste caso:

- a) Maria e Ricardo devem responder por falso testemunho.
- b) Maria deverá responder pelo crime de falso testemunho, mas ficará extinta a punibilidade se houver retratação por parte de Maria até a sentença irrecorrível.
- c) O crime de falso testemunho só irá se consumir caso o depoimento de Marinha tenha alguma relevância quando da prolação da sentença.
- d) Maria deverá responder pelo crime de falso testemunho, mas ficará extinta a punibilidade se houver retratação por parte de Maria até a sentença.
- e) Maria não deverá responder por falso testemunho, eis que há excludente de imputabilidade penal relativa à paixão.

37. O erro sobre a ilicitude do fato, também conhecido como erro de proibição, quando vencível:

- a) afasta o dolo, mas permite a punição por culpa, quando houver previsão legal
- b) afasta o dolo e a culpa
- c) é causa de exclusão da culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude
- d) é causa de diminuição de pena, de um sexto a um terço.
- e) é causa de exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa

38. Analise as assertivas:

- I – Na tentativa, o agente recebe a pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços;
- II – No arrependimento posterior, que não tem cabimento nos crimes com violência ou grave ameaça à pessoa, o agente responde pelo crime na forma consumada, como diminuição de pena de um a dois terços;
- III – Há tentativa inidônea quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime. Neste caso, a tentativa é impunível, tendo sido adotada a teoria objetiva.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Assinale a alternativa correta no que tange ao Inquérito policial:

- a) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do Inquérito Policial nos casos de evidente atipicidade da conduta.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade.
- c) O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não impede a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova.
- d) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver preso, a autoridade policial poderá requerer ao Ministério Público a devolução dos autos, para novas diligências.
- e) É vedado ao defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que já documentados no inquérito policial, em razão do sigilo que impera no inquérito policial.

40. Pedro, residente em Teresina-PI, praticou um crime de ação penal privada contra Maria, residente em Santos-SP, cuja pena comina é de 06 meses a 03 anos de detenção e multa. O crime se consumou na cidade de Manaus-AM.

Caso Maria venha a ajuizar queixa-crime em face de Pedro, a competência será:

- a) do Juízo de Manaus-AM, apenas.
- b) do Juízo de Manaus-AM ou do Juízo de Teresina-PI, firmando-se pela prevenção.
- c) do Juízo de Manaus-AM ou do Juízo de Santos-SP, firmando-se pela prevenção.
- d) do Juízo de Teresina-PI, apenas.
- e) do Juízo de Manaus-AM ou do Juízo de Teresina-PI, podendo Maria escolher qualquer dos dois

41. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange às provas no processo penal:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo, em nenhum caso, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) É permitido ao juiz determinar a produção de provas ex officio.
- c) O Juiz poderá determinar, de ofício, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- d) Reconhecida a ilicitude da prova, esta será desentranhada dos autos.
- e) O sistema da persuasão racional é a regra, mas existem exceções na legislação processual penal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

42. Conforme prevê o art. 106, do CTN, a lei tributária nova aplica-se ao ato ou fato pretérito:

- I. não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.
- II. em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- III. não definitivamente julgado, quando passe a defini-lo como infração.

Assinale a alternativa correta:

- a) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- b) se apenas o item III estiver correto.
- c) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- d) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

43. Como regra, o prazo decadencial para constituição do crédito tributário tem início a partir do seguinte momento:

- a) a partir da data do fato gerador em relação ao tributo lançado de ofício.
- b) a partir da data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
- c) a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- d) a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- e) a partir da ciência do contribuinte do lançamento, respeitado o prazo para contestação.

44. Aponte a alternativa correta, considerando as regras dispostas no Código Tributário Nacional a respeito da competência tributária:

- a) A competência tributária é delegável, em qualquer caso.
- b) A competência tributária é delegável, desde que a outra pessoa jurídica de direito público.
- c) O não exercício da competência tributária a defere a outro ente federativo diverso daquele a quem tenha sido atribuída.
- d) A capacidade tributária ativa só pode ser atribuída pela própria Constituição Federal.
- e) A capacidade tributária ativa não pode ser concedida a pessoa jurídica de direito privado.

45. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, em caso de modificação nos critérios jurídicos adotados pela administração tributária.
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando a lei assim determine;
- IV - recurso de ofício;
- V - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III, IV, e V;
- b) II, IV e V;
- c) I, III, IV e V;
- d) I, II, IV e V;
- e) II, III e V.

46. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- a) princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público / analogia / equidade.
- b) analogia / princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público / equidade.
- c) analogia / equidade / princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público.
- d) equidade / analogia / princípios gerais de direito tributário / princípios gerais de direito público.
- e) princípios gerais de direito público / princípios gerais de direito tributário / analogia / equidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

47. Sobre os princípios e objetivos da seguridade social, assinale a alternativa que apresenta um princípio específico da Previdência Social.

- a) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) Equidade na forma de participação do custeio.
- c) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- d) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- e) valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo.

48. Nas alternativas a seguir são apresentados casos acerca da manutenção e perda da qualidade de segurado no Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Assinale a opção que apresenta uma hipótese em que o segurado não manterá esta qualidade por, pelo menos, 12 meses, independentemente de contribuições:

- a) Camila era MEI, com todas as suas contribuições previdenciárias em dia. Entretanto, resolveu encerrar suas atividades no Brasil e mudou-se para o exterior, cessando suas contribuições.
- b) Hélio está desempregado e teve seu benefício de auxílio-doença cessado em decorrência de ter sua capacidade laboral recuperada.
- c) Leda acabou de ser solta, após um período de reclusão de 4 anos.
- d) Helena é estagiária de uma empresa privada, prestado serviços de acordo com a lei específica, e optou por contribuir facultativamente para o RGPS. Entretanto, após vertidas 3 contribuições, Helena parou de contribuir por dificuldades financeiras.
- e) Após o gozo de sua licença maternidade de 120 dias, Lígia, que era empregada de uma empresa, resolveu pedir demissão de seu emprego para dedicar-se em tempo integral à criação do filho.

49. Sobre os benefícios abrangidos pelo Regime Geral de Previdência Social, julgue as seguintes assertivas e marque a alternativa correta.

- I – Os benefícios de pensão por morte e auxílio-reclusão são devidos ao conjunto de dependentes do segurado, independentemente de carência.
- II – O enteado pode ser considerado dependente do RGPS, mas, para tanto, haverá a necessidade de comprovação de dependência econômica.
- III – Mantém a qualidade de segurado, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, inclusive auxílio-acidente.
- IV – Independe de carência a concessão de salário maternidade para as seguradas empregadas e trabalhadoras avulsas.

Estão corretas apenas:

- a) II e III.
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I e IV.

50. De acordo com o entendimento jurisprudencial, integram o salário de contribuição:

- a) O pagamento relativo aos primeiros 15 dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho.
- b) O adicional constitucional referente às férias gozadas.
- c) O aviso prévio indenizado.
- d) O auxílio-alimentação pago in natura.
- e) O décimo-terceiro salário.

QUESTÃO DISCURSIVA

Após regular aprovação em concurso público, Maria, casada com João, tomou posse em cargo efetivo no Tribunal Regional do Trabalho do Estado X. No entanto, Maria é domiciliada no estado Y, motivo pelo qual gostaria de ser removida para o Tribunal Regional do Trabalho do Estado Y. Para tanto, logo após tomar posse, com base no princípio da preservação da unidade familiar, previsto na Constituição Federal, Maria requereu a sua remoção a pedido para ficar com a sua família.

Com base nas disposições legais e no entendimento jurisprudencial do STJ, faça uma análise jurídica da situação hipotética apresentada. Ao elaborar seu texto:

- Discorra sobre o instituto da remoção, apresentando seu conceito e suas modalidades;
- Discuta a possibilidade de o pleito de Maria ser atendido;
- Caso João fosse servidor público federal, a ele assistiria o direito à remoção para o Estado X?
- Caso João e Maria sejam servidores federais, domiciliados no Estado Z, e Maria fosse aprovada em processo seletivo (concurso de remoção) para ocupar vaga no estado W, a João assistiria o direito à remoção?

Responda em até 30 linhas.

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-07-09>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

